



MANTENEDORA



Associação Propagadora Esdeva  
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES/JF  
Cursos de Jornalismo e Publicidade/Propaganda

---

## **POR UMA COMUNICAÇÃO ACESSÍVEL NA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL<sup>1</sup>**

Eliton Jesus de *SOUZA*<sup>2</sup>

*Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG*

Iuri Mourão *FRANCIULLI*<sup>3</sup>

*Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG*

João Lucas Silva do *CARMO*<sup>4</sup>

*Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG*

Kelly *SCORALICK*<sup>5</sup>

*Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG*

### **RESUMO**

O artigo é resultado do projeto de extensão Comunicação acessível e a produção audiovisual, realizado pelos alunos dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF), sob orientação da professora Kelly Scoralick. O objetivo principal é oferecer o conhecimento sobre os recursos de acessibilidade para uma produção audiovisual, praticando uma comunicação acessível. Assim, durante o projeto foi feita pesquisa bibliográfica sobre a temática e foram realizados três vídeos, abordando a temática da acessibilidade e com inserção dos recursos de acessibilidade: a legendagem e a interpretação em Libras, recursos direcionados às pessoas surdas e ensurdecidas, e a audiodescrição,

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como conclusão do Projeto de Extensão Comunicação acessível e a produção audiovisual realizado pelos cursos de Jornalismo e Publicidade/Propaganda no Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.

<sup>2</sup> Graduando do curso de Comunicação Social: Jornalismo pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.

<sup>3</sup> Graduando do curso de Comunicação Social: Publicidade e Propaganda pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.

<sup>3</sup> Graduando do curso de Comunicação Social: Publicidade e Propaganda pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.

<sup>3</sup> Professora do curso de Comunicação Social: Jornalismo e Publicidade e Propaganda pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.

com a descrição das informações visuais para a inclusão do público com deficiência visual. Como resultado, além dos vídeos com os recursos de acessibilidade, os alunos perceberam que se não há acessibilidade nos vídeos, a comunicação não acontece de forma completa.

**Palavras-Chave:** Comunicação. Audiovisual. Pessoas com deficiência. Recursos de Acessibilidade. Inclusão.

## 1 INTRODUÇÃO

Estabelecer um novo olhar para a produção audiovisual de modo que as pessoas com deficiência estejam inseridas neste processo. Esse é o objetivo deste artigo, resultado do projeto de extensão “Comunicação acessível e a produção audiovisual”, realizado pelos alunos dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF), sob orientação da professora Kelly Scoralick, em que buscamos apresentar um mundo que poucos enxergam, uma minoria marginalizada – distante de seus direitos e até com pouco conhecimento sobre eles. Estima-se que 10% da população mundial têm algum tipo de deficiência, segundo dados da Organização Mundial de Saúde. No Brasil, de acordo com o Censo 2010, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 23,9% da população têm alguma deficiência – seja física, mental, auditiva ou visual - totalizando quase 45 milhões de pessoas. Uma parcela da população que vive uma exclusão não somente social como intelectual e cultural.

A tentativa é de incluí-los em uma sociedade também ainda pouco ciente de seus deveres, uma sociedade que cria leis para tentar fazer valer os direitos dessa minoria, mas que ainda assim tem pouca consciência da importância deles. Esse artigo aborda a inclusão dessas pessoas por meio do uso de recursos de acessibilidade em produtos audiovisuais, como audiodescrição (AD), janela de Libras e a legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE), com a produção de vídeos com a temática da inclusão e com o uso desses recursos. Uma abordagem recente, repleta de ganhos, que beneficia as pessoas cegas e com baixa visão e o público surdo e ensurdecido.

Quando abordamos o uso de recursos de acessibilidade na produção audiovisual estamos falando sobre tornar a comunicação acessível, seja no jornalismo, na publicidade ou propaganda. Mas o que é Comunicação? De acordo

com o verbete localizado na Enciclopédia da Intercom, em sentido amplo “é a troca de informações entre uma fonte ou emissor e um receptor” (HOLFELDT, 2010, p. 234). Ainda segundo a Enciclopédia, não há qualquer sociedade sem processos de comunicação. “A comunicação verbal é, por excelência, a comunicação humana. Mas, os homens também se comunicam por gestos e outras muitas variadas maneiras. Num sentido mais estrito, a comunicação é a transmissão de qualquer estímulo de um ponto a outro” (MELLO, 2003, p. 56 apud HOLFELDT, 2010, p. 235). O verbete referente à “Comunicação como busca de sentido”, localizado na mesma Enciclopédia, apresenta que “a comunicação é o meio, através do qual, os padrões de vida, os costumes, a cultura, os desejos, as persuasões, os embates, dentre muitos outros aspectos, são transmitidos” (MAIA, 2010, p. 236). Encontramos ainda que a palavra “Comunicação” tem correspondência e origem no “latim *communicare*, que significa “tornar comum”, “partilhar”, “repartir”, “associar”, trocar opiniões. Comunicar, transformar em ato a comunicação, implica na participação (*communicatio*)” (MAIA, 2010, p. 236)

Entendemos, assim, que comunicação é tudo aquilo que transmite e recebe mensagens para tornar comum, propagar e travar entendimento do que está sendo dito ou recebido. Assim, nada mais importante do que permitir a transmissão das mensagens a todos os públicos, incluindo aqueles que têm alguma limitação em ver ou ouvir. E isso deve ser essencialmente pensado para as produções audiovisuais, construídas através da junção de som e imagem. Para isso, é importante fazer a descrição das imagens para aqueles que não podem percebê-las, através do uso da audiodescrição, e a tradução dos sons para aqueles que não podem escutar, através da inserção da janela de Libras e também da legenda. Dessa forma, eliminar as barreiras da comunicação, tornando-a acessível.

Assim, a pesquisa foi elaborada a partir de pesquisa bibliográfica sobre a temática e a elaboração de três produtos audiovisuais. Para a produção dos vídeos, foram realizados a criação do roteiro, filmagem, montagem e pós-produção. Posteriormente, foi elaborado o roteiro de audiodescrição, a elaboração das legendas e a gravação da interpretação em Libras. Todos os vídeos elaborados abordaram também a temática da inclusão e acessibilidade. Mas e o que é acessibilidade?

## **2 DIREITO A TER DIREITOS: FALANDO SOBRE ACESSIBILIDADE**

Em “A Era dos Direitos” (1992), o filósofo político Norberto Bobbio disserta sobre a conquista dos direitos, divididos em quatro gerações: direitos civis e políticos são de primeira geração; direitos sociais são de segunda geração; os direitos coletivos e os que pregam o respeito às diferenças são de terceira geração. Aqueles que visam regular a criação de novas formas de vida no planeta são considerados como de quarta geração. É preciso trabalhar para conquistar esses direitos para que eles sejam, de fato, reconhecidos e protegidos. É justamente esse o momento que vivemos na história na luta pelos direitos humanos: desenvolve-se a consciência do direito de ter direitos, em especial das pessoas com deficiência.

Abordamos aqui o direito considerado como de segunda geração, que é o direito dos grupos humanos. Os direitos sociais fazem surgir personagens como sujeitos de direito. “São os direitos coletivos de um povo, uma nação, uma comunidade, das “minorias” discriminadas” (PERUZZO, 2007, p. 17).

Portanto, para termos a consciência do direito de ter direitos precisamos falar de acessibilidade, o direito que viabiliza e potencializa os demais direitos e é indispensável para que haja um processo de efetiva inclusão.

Constitui-se em verdadeira espinha dorsal, uma vez que perpassa e/ou complementa todos os outros princípios e direitos. Ela oferece condições para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, a todos os espaços e meios, pelas pessoas com deficiência ou de mobilidade reduzida.

Mencionamos que a acessibilidade inclui a questão atitudinal, física e comunicacional. A questão atitudinal é a forma de tratamento dada por cada pessoa, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações em relação às pessoas em geral. O cultivo do estereótipo pode acarretar a formação do preconceito, com rotulações socioculturais.

*Imagens* preestabelecidas para todos os indivíduos pertencentes a certas categorias social, que se fixam mediante a atribuição genérica de qualidades de caráter, tanto positivas (apreciativas), quanto negativas (depreciativas), os *estereótipos* redundam em simplificações exageradas de características comportamentais específicas. Afetam, sobretudo, minorias: *imagens* preconceituosas são francamente discriminatórias. Ideias preconcebidas, representações falsas, os *estereótipos* costumam, porém, ter consequências reais na esfera das relações humanas em sociedade (TRINTA, 2008, p. 47).

A linguagem tem papel fundamental na questão da representação das pessoas com deficiência. Ora são vistas como exemplos de superação, dando-se um tratamento exagerado a questão. Ora as pessoas com deficiências são encaradas como “sub-seres”, ora como “super-seres”. Ou coitadinho ou super-herói. Tanto o olhar de piedade como o olhar de admiração parte de um princípio único: o preconceito. Há sempre que se lembrar que as práticas sociais são consequências das discursivas. Enfim, os preconceitos, os estigmas e os estereótipos nascem da desinformação e do desconhecimento e acabam por se refletir nas palavras com que os homens e mulheres se exprimem. O cuidado no uso das palavras não se configura como preciosismo linguístico, mas uma necessidade que se impõe para a remoção de barreiras e de transformação de atitudes, decorrentes de valores equivocados sobre a capacidade e as aptidões das pessoas com deficiência. Segundo Ribas (1985, p. 16), “as palavras são expressões verbais criadas a partir de uma imagem que a nossa mente constrói”.

O livro “Mídia e Deficiência” (2003), expõe o motivo de algumas terminologias serem mais apropriadas.

Não recomenda-se o uso das palavras “portador” ou “deficiente”[...].Pessoas com deficiência vêm argumentando que elas não portam uma deficiência como portamos um sapato ou uma bolsa. Já a palavra “deficiente” tem a desvantagem de tomar a parte pelo todo, sugerindo que a pessoa inteira é deficiente. É preferível a expressão “pessoa com deficiência”, que reconhece a condição de determinado indivíduo, sem desqualificá-lo. Mas, atenção: a pessoa com deficiência é designada como “pessoa portadora de deficiência” na Constituição Brasileira, portanto, em um contexto jurídico, não escapamos da expressão consagrada nas leis (VIVARTA, 2003, p. 38).

O que existem são espaços deficientes. Temos que um indivíduo será mais ou menos limitado, em termos de funcionalidade e participação, quanto mais ou menos deficiente ou acessível for o seu ambiente, conforme Peter Freund (2005). Segundo ele, as estruturas espaciais e temporais são importantes para a construção social da deficiência. São os espaços que muitas vezes incapacitam os corpos. É a própria sociedade, com seus ambientes deficientes, que tira a capacidade do ser humano. E aí passa a ser não mais só uma deficiência em um corpo, por exemplo. Traz ao indivíduo a insegurança, a exclusão e a marginalização.

Abordamos, dessa forma, a acessibilidade embutida na questão arquitetônica. A Associação Brasileiras de Normas Técnicas, pela NBR 9050:1994 (Associação

Brasileira de Normas Técnicas 1994), define acessibilidade como sendo “possibilidade e condições de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Desse modo, abrange a questão arquitetônica, que garante essencialmente o acesso aos espaços físicos. A NBR 9050 define, por exemplo, a rampa como qualquer superfície com inclinação igual ou superior a 5%. Assim, para espaços com desnível ou escada, a rampa é necessária para que haja acessibilidade às pessoas com deficiência física ou dificuldade de locomoção.

A NBR 9050 cita ainda que nos locais em que o atendimento ao público for realizado em balcões, estes devem ser acessíveis, ficando subtendido a presença de intérprete de Libras<sup>6</sup> para atender aos surdos e ensurdecidos. Em cinemas, teatros, auditórios e similares, a NBR 9050 regulamenta que devem ser disponibilizados dispositivos de tecnologia assistiva para atender às pessoas com deficiência visual e auditiva. Passamos a abordar, então, a questão da acessibilidade comunicacional.

Para que ela ocorra é preciso que não existam barreiras na comunicação interpessoal, escrita e na virtual, referente à acessibilidade digital. A acessibilidade comunicacional começou a ser discutida somente em 2000. A lei federal nº 10.098, de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), regulamentada em 2004 pelo decreto federal 5.296, abordava o tema. Estabeleceu no artigo 17 a eliminação de barreira na comunicação para tornar acessíveis os sistemas de comunicação. E no artigo 18 aborda a implementação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e guias-intérpretes para facilitar a comunicação direta de pessoas com deficiência sensorial e dificuldade de comunicação. No artigo 19 menciona que os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas com deficiência auditiva. A lei federal nº 10.098 foi o instrumento legal que ampliou o conceito de acessibilidade comunicacional. Mas até então não havia uma formatação que incluísse a legenda oculta (*closed caption*) e a audiodescrição, o que ocorreu, enfim, durante a aprovação em 2015 do projeto que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, sendo sancionada a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Lei 13.146/15 (BRASIL, julho de 2015).

---

<sup>6</sup> A Lei federal 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, abril de 2002), reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma língua oficial, tornando obrigatória a presença do intérprete nas instituições de ensino, órgãos públicos e instituições de saúde.

No capítulo II, o artigo 67 reforça que os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos recursos de acessibilidade como subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete de Libras e audiodescrição. Reforça ainda que os canais de comercialização virtual e os anúncios publicitários veiculados na imprensa escrita, na Internet, no rádio, na televisão e nos demais veículos de comunicação abertos ou por assinatura devem disponibilizar, conforme a compatibilidade do meio, os recursos de acessibilidade referenciados no artigo 67. No artigo 76 fica estabelecido que os pronunciamentos oficiais, a propaganda eleitoral obrigatória e os debates transmitidos pelas emissoras de televisão possuam, pelo menos, os recursos de acessibilidade apontados aqui.

Lembramos que a audiodescrição especificamente para TV já era prevista por meio da Portaria nº 188, de 25 de março de 2010 (BRASIL, 2010), que tornou a obrigatoriedade do recurso, iniciando com duas horas semanais de programação televisiva com AD, devendo atingir até julho de 2020, 20 horas semanais.

O *closed caption* é veiculado na TV desde 2008. Em 2015 passou a ser veiculado em 20 horas por dia, segundo determinação prevista na portaria 310, de 27 de junho de 2006 (BRASIL, 2006). De acordo com o cronograma previsto, em junho de 2017 atingiu a totalidade da programação diária com *closed caption*.

Já a inserção da janela com intérprete de Língua Brasileira de Sinais só é obrigatória no horário político e em campanhas institucionais do governo e de utilidade pública, segundo exigência da portaria 310/2006 (BRASIL, 2006).

No país há uma discussão sobre a importância dos recursos de acessibilidade nos produtos audiovisuais. Em dezembro de 2014 a Agência Nacional do Cinema (Ancine) publicou a Instrução Normativa nº 116 (ANCINE, dezembro de 2014). O documento estabelece que todos os projetos de produção audiovisual financiados com recursos públicos federais geridos pela Ancine devem contemplar em seus orçamentos os recursos de acessibilidade, como legendagem descritiva, audiodescrição e Libras. Desde então, a expectativa é de crescimento dos projetos com cópias acessíveis. Com a aprovação da Lei Brasileira da Inclusão, que garante o acesso a bens culturais como cinema e teatro, a Ancine resolveu ampliar o acesso para as salas de cinema.

Assim, em setembro de 2016 a Ancine regulamentou as normas de acessibilidade em salas de cinema por meio da Instrução Normativa 128/2016

(ANCINE, setembro de 2016). Ficou definido que todas as salas de cinema devem disponibilizar filmes com AD e também legendagem descritiva e Libras em todas as sessões comerciais. O prazo para adaptação total é de 2 anos. A data final foi prorrogada em alguns momentos e o limite estabelecido em 1º de janeiro de 2020, quando todas as salas de cinema estarão obrigadas a oferecer os recursos de acessibilidade, sob pena de multa.

### 3 OS RECURSOS DE ACESSIBILIDADE

Os recursos de acessibilidade hoje disponíveis são a legenda *closed caption*, a legenda para surdos e ensurdecidos (LSE), a janela de Libras, todos direcionados às pessoas surdas e ensurdecidas; e a audiodescrição, com a descrição das informações visuais para a inclusão do público com deficiência visual.

A Instrução Normativa 128/2016 estabelece audiodescrição como:

Narração adicional roteirizada, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual ao à sua versão dublada, contendo descrições das ações, linguagem corporal, estados emocionais, ambientação, figurinos, caracterização de personagens, bem como a identificação e/ou localização dos sons (ANCINE, 2016).

As audiodescritoras, tidas como umas das pioneiras do uso do recurso no país, definem a AD como:

Consiste na descrição clara e objetiva de todas as informações que compreendemos visualmente e que não estão contidas nos diálogos, como, por exemplo, expressões faciais e corporais que comuniquem algo, informações sobre o ambiente, figurinos, efeitos especiais, mudanças de tempo e espaço, além da leitura de créditos, títulos e qualquer informação escrita na tela (POZZOBON, G.; POZZOBON, L., 2010).

O usuário recebe a informação contida na mensagem ao mesmo tempo em que ela aparece. As descrições acontecem nos espaços entre os diálogos e nas pausas entre as informações sonoras, isto é, ocorre nos silêncios das cenas. E não interfere nos efeitos musicais e sonoros. Deve-se evitar que a AD sobreponha ao conteúdo original. O ideal é que exista uma harmonia entre o som original e a audiodescrição inserida.

Na audiodescrição, o roteiro é elaborado por um profissional audiodescritor. O narrador, como o nome diz, narra as falas que estão escritas no texto audiodescrito



através da técnica da narração. Na equipe de audiodescritores, a pessoa com deficiência visual realiza o trabalho de consultoria. É necessário que tenha formação em audiodescrição para que saiba como se faz a AD, de como é processada a informação imagética, capturada pela audição, e de como as pessoas com deficiência visual fazem uso das informações visuais descritas e das configurações imagéticas em geral. Ele indica erros e omissões que estão sendo cometidos, além de examinar o ritmo da narração e o sincronismo das imagens com as descrições de forma que as mesmas não se sobreponham aos diálogos, além de avaliar a qualidade do áudio e da mixagem.

A janela de interpretação de língua de sinais é definida por Sylvia Bahiense Naves e colaboradores (2016) como:

o espaço destinado à tradução entre uma língua de sinais e outra língua oral ou entre duas línguas de sinais, feita por Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), na qual o conteúdo de uma produção audiovisual é traduzido num quadro reservado, preferencialmente, no canto inferior esquerdo da tela, exibido simultaneamente à programação (NAVES, *et al.*, 2016, p. 15-16).

De um modo geral, a janela é posicionada à esquerda da tela, em formato de uma janela de fato. Mas já encontramos exemplos como do canal no Youtube Janela dos Dias<sup>7</sup>, em que a janela é colocada à direita do vídeo, em um tamanho maior e formato diferente ao convencional. Naves e colaboradores abordam o tamanho de espaço em tela dado à janela de Libras no produto audiovisual que pode comprometer uma boa visualização das configurações de mão. Propõem uma “janela de Libras que tenha como medidas um espaço que respeite e auxilie no processo de acessibilidade do sujeito surdo à informação oferecida pela mídia” (2016, p.33). É importante frisar que a o espaço da janela deve ser preservado, “sem que haja qualquer interrupção ou encobrimento por parte de imagens ou legenda” (Id. Ibid.). Uma outra questão mencionada é sobre a possibilidade de retirada da janela da tela em longos períodos sem fala. “Não é aconselhável, porém, que seja retirada se houver curtos períodos sem diálogo, pois a inserção e retirada intermitentes acabam por causar ruído à informação e podem prejudicar a atenção” (Id. Ibid.).

Sobre a legendagem, é definida pela Instrução Normativa 128/2016 como a “conversão do texto oral para o texto escrito de uma língua para outra, dentro de uma

---

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qZ5OOqYfNP0&t=163s>

mesma língua ou de uma língua de sinais para uma língua escrita” (ANCINE, 2016).

O sistema americano de *closed caption* utilizado no Brasil possibilita a exibição de uma legenda em mais de duas linhas. “Com mais de duas linhas a legendagem pode prejudicar o movimento de deflexão, no qual o espectador lê as legendas e olha as imagens para poder harmonizá-las e, assim, assistir confortavelmente” (NAVES, *et al.*, 2016, p. 43). Assim, buscando a boa recepção do público surdo e ensurdecido ao produto audiovisual, adota-se os parâmetros da LSE, especificamente os apontados por pesquisadores do Laboratório de Tradução Audiovisual (Latav) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), destacando uma teoria da legendagem com base em reflexões sobre os parâmetros técnicos e linguísticos em interface com outras áreas de estudos.

A elaboração de uma legenda segue parâmetros técnicos, linguísticos e tradutórios, que devem ser harmonizados para proporcionar melhor recepção das legendas pelo público espectador. As questões técnicas da legendagem demonstram, de acordo com Chaves e Araújo (2017), como trabalhar com número de linhas, velocidades de leitura (145, 160 ou 180 palavras por minuto), velocidade de legendas formato, marcação (tempos inicial e final das legendas), e convenções lexicais, sintáticas e tipográficas. Ainda estão incluídas as informações adicionais, como a tradução de efeitos sonoros e identificação dos falantes<sup>8</sup>, e também a posição da legenda na tela. Em geral, ela ocupa a parte de baixo, ao centro. “Em algumas situações, elas são colocadas na parte de cima da tela: quando os créditos do filme aparecem ou quando o fundo está muito claro, dificultando a visualização” (CHAVES; ARAÚJO, 2017, p. 14).

Ressaltamos ainda a escolha da cor da legenda. O uso das cores varia de um país para outro. No sistema norte-americano de *closed caption* as legendas são exibidas com letras brancas, em caixa alta ou baixa, sobre tarja preta. A legenda em caixa alta, por sua vez, não é recomendada porque além de ocupar mais espaço, ela “pode dificultar o movimento de deflexão (o movimento dos olhos da legenda para a imagem), provocando um tempo maior de leitura em detrimento da harmonização entre texto escrito e imagem” (ARAÚJO; ASSIS, 2017, p.13-14).

---

<sup>8</sup> Quando a indicação de personagem é feita com a legenda sobre o personagem, não há necessidade de colocar esta informação entre colchetes (ARAÚJO, ASSIS, 2017)

Em um dos estudos de recepção realizados pelo Latav (ARAÚJO, 2008 apud ARAÚJO; ASSIS, 2017, p.26) sobre os parâmetros empregados na legendagem, os participantes surdos estabeleceram como critérios que a leitura mais agradável é com o uso da cor amarela com fundo transparente.

Dentro dos parâmetros técnicos, adota-se ainda que a voz filtrada, dita como a voz fora da tela, vinda da televisão, por exemplo, ou de alguém distante de onde ocorre a cena, deve estar em itálico.

As questões linguísticas incluem a segmentação e a redução de forma com que o espectador harmonize som, imagem e legenda e tenha uma boa recepção. A linguagem utilizada deve ser o português formal. A segmentação pode ser visual (com base nos cortes da cena), retórica (com base no fluxo da fala) e pela linguística (com base nas unidades semânticas e sintáticas). As questões tradutórias, por sua vez, resultam da operacionalização dos parâmetros técnicos e linguísticos da legendagem.

É importante explicar que para o público surdo e ensurdecido há a oferta de dois recursos de acessibilidade – Libras e legenda – uma vez que muitos surdos ainda são educados com a linguagem oral e sua modalidade escrita. No Brasil, por exemplo, a exigência pelo reconhecimento da Libras como a língua oficial dos surdos vem a partir dos anos 80 (VIEIRA, 2009, p. 25), quando várias associações foram formadas em prol dos direitos dos surdos. No entanto, há um entrave nesse aprendizado, uma vez que mais de 95% das crianças surdas nascem e são criadas em meios ouvintes, de acordo com Fernandes e Moreira (2014, p. 58). Além disso, as escolas no Brasil que buscam uma educação bilíngue ainda adotam metodologias oralistas, conforme Vieira (2009, p. 29). Por isso, quando falamos de recursos na comunicação para dar acesso aos surdos e ensurdecidos ao que está sendo dito no vídeo é importante ofertar a legenda, por meio do texto escrito, e a janela de Libras, com a língua de sinais, de modo a atender os dois públicos alfabetizados e com uso da comunicação feitas de formas diferentes.

Entenderemos agora como foi planejada e realizada a produção audiovisual e a sequente inserção dos recursos de acessibilidade.

#### **4 A PRODUÇÃO DOS VÍDEOS**

Toda a discussão apresentada aqui foi abordada em um primeiro momento durante o projeto de extensão. O segundo momento foi elaborado para a construção

dos vídeos. Nesse momento da pesquisa precisávamos definir a criação dos personagens antes de iniciar a roteirização. Segundo Alex Moletta (2009, p.20). “ideias e conceitos não dão bons vídeos; experiências humanas, sim.”. Pensando nisso, criamos histórias baseadas nas dificuldades que as pessoas com deficiências vivenciam diariamente para disseminar a fábula e o enredo dos vídeos.

Então criamos o enredo baseado na inclusão dos personagens por meio da acessibilidade, de todos os tipos. Isso ocorre após a curva de tensão, seguindo uma argumentação que conscientize as pessoas de que aquele momento não é apenas um caso isolado, mas uma questão recorrente nos dias do personagem.

Pelo enredo sabemos o que vai acontecer com os personagens e a história; pelo argumento vamos saber como tudo vai acontecer. O argumento é uma referência estrutural da história, podendo conter imagens ou informações que entrem ou não no roteiro (MOLETTA, 2009, p. 33).

Após a definição dos personagens, do enredo e da argumentação, partimos para a criação do roteiro em si. O desenvolvimento de *storyboards* foi traçado intencionalmente com o motivo de impactar. Assim, traçamos as ideias de câmeras e ângulos baseados na tensão e expressão dos personagens. “Sua abordagem visual fornece pistas importantes para o telespectador. Uma série dramática pode refletir um ar melancólico, enquanto as *sitcoms* são mais brilhantes e coloridas.” (KELLISON, 2007, p. 154)

Com os roteiros bem definidos e ajustados ao *storyboard*, locações também definidas e marcado com o elenco e equipe técnica, iniciamos as captações de imagens. A composição das imagens e o enquadramento como já dito, foram mais intimistas, utilizando planos detalhes, médios e fechados para mostrar exatamente a expressão do personagem. O elenco foi orientado e, por mais que não sejam profissionais da área, souberam retratar com a expressão que o roteiro indicava as curvas de tensão, ficando mais fácil para a edição.

Vamos detalhar agora a realização de cada um dos vídeos criados.

O primeiro vídeo produzido aborda a questão da acessibilidade arquitetônica, especificamente para o acesso às pessoas com deficiência física ou dificuldade de locomoção. Ele mostra um jovem que caminha em um pátio até chegar em uma escada por onde sobe. O plano seguinte mostra uma mulher em cadeira de rodas que segue pelo mesmo pátio. Ao chegar na escada, fica impossibilitada de subir. A

imagem fica em preto e branco e aparece na tela o texto: Todo cidadão tem direito de se locomover livremente nas ruas, nas praças, nos lugares públicos, sem temor de serem privados de locomoção. Direito assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 e pela Constituição Federal Brasileira de 1988. Volta a cena do pátio, a mulher olha para os para os lados, encontra uma rampa, por onde segue e entra sorridente no prédio. Ao final, novo texto na tela diz: E você? Tem se preocupado com o direito de todos?

O vídeo foi gravado no prédio do Colégio Academia em Juiz de Fora, com a participação de todos os integrantes do projeto de extensão. A mulher em cadeira de rodas é a professora Rita Petronilho. O jovem é integrante do projeto, Eliton Souza. O material foi editado pelo aluno e bolsista do projeto, Iuri Franciulli. Na reunião seguinte, avaliamos o vídeo e discutimos alterações/correções de cena. O corte em preto e branco já citado foi feito na pós-produção com o intuito inicial de expressar a escuridão daquele momento pra personagem.

Ainda hoje, muitos diretores e fotógrafos optam por gravar em PB como linguagem estética, seja para imprimir uma atmosfera expressionista ou impressionista, seja simplesmente para potencializar a imagem sem o uso de conceitos e sugestões que as cores proporcionam (MOLETTA, 2009, p. 75).

Em seguida, os alunos tiveram a primeira experiência com a audiodescrição. Fizeram o roteiro de AD descrevendo as informações visuais, como o pátio, as pessoas que apareciam no vídeo, a cena propriamente dita, a leitura das informações escritas na tela. Para cada descrição, foi feita a anotação do *Time Code Reader* (TCR), indicando o tempo inicial e final do texto da AD.

O roteiro de audiodescrição foi enviado à consultora em audiodescrição, Cida Leite, que é cega. Ela realizou o trabalho de forma voluntária. O feedback foi enviado à orientadora do projeto. O roteiro foi lido em reunião para que os estudantes entendessem a melhor maneira de se fazer a AD de determinada cena, de modo que não prejudique o entendimento da pessoa com deficiência visual e também não seja necessária uma leitura acelerada para encaixar o texto dentro do produto audiovisual, uma vez que propomos um roteiro de AD em comunhão com o vídeo original. Porém, ressaltamos que o projeto prevê também a importância de se elaborar produtos audiovisuais já incluindo os recursos de acessibilidade durante a produção. Assim,

para esse material fizemos alteração no tempo da tela em fundo preto com o texto que foi lido justamente para que a leitura não precisasse ser em ritmo acelerado.

O segundo vídeo menciona a importância do ensino da Libras, e que permite a acessibilidade comunicacional junto aos surdos e ensurdecidos. A partir de vivências da orientadora do projeto, foi elaborado o roteiro abordando uma aluna surda em sala excluída pela falta de comunicação em Libras com os colegas. A aluna fica cabisbaixa ao lado do grupo que conversa animadamente. No meio do vídeo, em tela preta, há o texto: você consegue se comunicar com todo mundo? A cena seguinte mostra uma jovem que chega na sala e começa a conversar com a aluna usando os sinais de Libras. A estudante agora sorri. O texto final diz que “No Brasil, a Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão desde 2002. Valorize, respeite. Promova, você também, o reconhecimento dessa forma de comunicação”.

O vídeo foi gravado em sala no campus Arnaldo Janssen do CES/JF. A estudante surda é Elsilaine Silva Domingos, ex-discente do curso de Gestão em Recursos Humanos da instituição. Os demais estudantes são do curso de Jornalismo, que tiveram participação voluntária. A jovem que conversa em Libras é estudante do curso de Letras-Libras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Andressa Lauriene. Novamente com o material editado fizemos as alterações necessárias e os alunos elaboraram o roteiro de audiodescrição, dessa vez com mais facilidade por já contarem com a experiência do roteiro anterior. Nesse vídeo, também fizemos uma adaptação na cena final, estendendo o tempo do texto na tela para encaixar na leitura para a audiodescrição.

O terceiro vídeo apresenta a acessibilidade atitudinal, que é a forma de tratamento dada por cada pessoa, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminação em relação às pessoas em geral. Neste vídeo, buscamos demonstrar o cultivo do estereótipo dado às pessoas com deficiência, especificamente aos cegos, em que criamos uma rotulação de pessoas incapazes. O roteiro também foi construído a partir de uma experiência da orientadora do projeto e com aval dos alunos por ser algo desconhecido da maioria. Desconhecimento que acaba reforçando um preconceito.

A história inicia-se mostrando uma mulher cega, na calçada, com celular na mão, solicitando um viagem por meio do aplicativo Uber. O motorista chega, ela entra no carro e é informada por ele que está com problema no GPS, mecanismo que

localiza e dá as rotas aos endereços apresentados. A mulher informa a ele para onde vai e que pode ir dizendo qual é o trajeto. O motorista fica surpreso, mas segue o caminho a partir das coordenadas dadas pela passageira cega. Ao chegar ao destino, ele pergunta como ela consegue se localizar. Ela explica que segue as curvas, quebra-molas e outras referências. Eles se despedem e o vídeo termina com texto na tela “Não deixe o preconceito te guiar”.

A personagem do vídeo é a bacharel em Direito, Girleia Jardim, e o motorista em cena é o estudante do projeto, Eliton Souza. Por conta do movimento do carro, as imagens ficaram um pouco tremidas. Fizemos uma segunda gravação, sem a participação da Girleia, apenas para sanar as falhas encontradas na primeira gravação. Com o material finalizado, elaboramos o roteiro de AD, enviamos à Cida, e fizemos as correções apontadas.

Com todos os roteiros de audiodescrição em mãos, fizemos a gravação da locução utilizando os equipamentos do laboratório de rádio do curso Jornalismo e Publicidade/Propaganda. A narração foi feita pela estudante do curso de jornalismo do CES/JF, Isabele Barbosa, sendo mais uma forma de inserir a comunidade discente da instituição em nosso projeto. Em seguida, ocorreu o segundo momento do processo de edição, que incluiu a mixagem do som da AD ao som original, de acordo com as inserções de tempo previamente determinadas. Assim, a AD foi incorporada aos três produtos audiovisuais.

A interpretação em Libras foi realizada pela estudante da UFJF, Andressa Lauriene, que aceitou o convite do trabalho realizado de forma voluntária. A gravação da interpretação em Libras, feita no estúdio de televisão do curso, foi realizada com os cuidados para não haver cortes das mãos, braços e cabeça e garantir a boa visualização das configurações de mão. Optamos pela colocação da janela no canto esquerdo da tela, com um tamanho considerado confortável pelo grupo e de modo que garantisse a acessibilidade do público surdo com qualidade à informação oferecida no vídeo. Em alguns momentos, seja pela presença de uma legenda mais extensa, seja pela cena que tinha uma imagem em close posicionada mais ao canto esquerdo, a janela foi transferida para o lado direito. Nos vídeos 1 e 2, por serem vídeos sem falas, a janela foi colocada só nos momentos necessários, como na interpretação dos textos em tela. Já no vídeo 3, a janela permanece durante todo o vídeo, uma vez que os períodos sem diálogo são curtos.

Em seguida, os estudantes elaboraram as legendas dos vídeos. Para a criação da legenda, usamos o programa *Subtitle Workshop 6.0*. Com o *Subtitle Workshop* é possível realizar as tarefas de marcação, tradução e pré-visualização do produto audiovisual legendado. O programa gera um arquivo de legendagem srt. com o número de inserção das legendas, assim como a marcação e sincronização das mesmas.

Seguindo os parâmetros do grupo LEAD-UECE (CHAVES e ARAÚJO, 2017), fizemos o uso de legendas com, no máximo, duas linhas. Como vimos, legendas com mais de duas linhas prejudicam o movimento de harmonização entre a leitura das legendas e de percepção das imagens apresentadas. O número máximo de 37 caracteres por linha é adotado como padrão. Utilizamos ainda legendas com tempo máximo em tela de 4 segundos e mínimo de um segundo, tempos considerados eficientes para uma boa recepção da LSE. A legendagem seguiu a marcação referente aos tempos de entrada (inicial) e saída (final), buscando sempre acompanhar as mudanças de quadro e obrigatoriamente o sincronismo entre falas e legendas. Outro padrão utilizado foi o uso de, no mínimo, 100 milissegundos para o intervalo entre legendas. Na legenda dos três vídeos padronizamos como base a velocidade de 160 palavras por minuto (ppm).

Sobre a cor da legenda, foram feitos testes com vários tipos de cores e fundos de legenda. O grupo optou pelo uso de legendas com letras brancas, em caixa baixa – caixa alta apenas em início de frase - sobre tarja preta, por perceber mais facilidade na leitura da legenda e boa harmonização entre texto escrito e imagem.

Dentro das convenções lexicais sintáticas e tipográficas relacionadas à legendagem, atentamos ainda para a questão da pontuação. Assim, fizemos o uso do itálico em legendas para vozes fora da cena e inserimos a pontuação na proposta de legendagem. Lembramos, por exemplo, que o uso da vírgula só é necessário dentro de uma mesma legenda.

Foram incluídas ainda as informações adicionais, como tradução de efeitos sonoros, identificação dos falantes e a definição da posição da legenda ao centro, na parte baixa da tela.

Assim, nos vídeos 1 e 2 basicamente a legenda trouxe a tradução de efeitos sonoros, como a música que segue durante todo o vídeo. Assim, inserimos duas entradas da legenda [Música instrumental], assim traduzida pelo grupo.



No vídeo 3, a legenda trouxe a informação sobre a música. No diálogo entre a passageira e o motorista, houve a identificação dos falantes com nome entre colchetes como, por exemplo, [Girléia]. Em alguns momentos, como a legenda estava sobre o personagem, a informação sobre a indicação do personagem não foi colocada entre colchetes. Adotamos ainda o uso de itálico nas legendas em que existia uma voz fora da tela, como, por exemplo, quando a personagem dá as direções do caminho ao motorista, mas ela não aparece na tela.

Com as legendas prontas, os arquivos srt gerados foram adicionados a um programa de edição de vídeo, o Adobe Premiere, para configurar fonte, plano de fundo, posição na tela, entre outras características que o programa possibilita e que foram apresentadas anteriormente. Após a edição, fizemos a finalização da legendagem. Como optamos pelo vídeo com legenda aberta, isto é, fixa ao vídeo, o arquivo foi finalizado no Premiere com a legenda embutida ao vídeo.

Por fim, o vídeo original foi fechado com os três recursos de acessibilidade apresentados aqui: audiodescrição, legenda e janela de Libras.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto de extensão trouxe um novo olhar aos alunos participantes. Durante as gravações os alunos se colocaram no lugar desse outro com deficiência e ampliaram suas vivências e repensaram seus papéis enquanto cidadãos. Nos processos de finalização dos vídeos, com criação do roteiro de audiodescrição e a consultoria, de colocação das legendas nos vídeos e a inserção da janela de Libras, eles ampliaram o conhecimento como também a percepção da importância de uma linguagem audiovisual acessível ao observarem informações imagéticas e sonoras importantes que eram omitidas pelos roteiros originais.

O projeto apontou ainda a importância de se pensar a inserção dos recursos de acessibilidade juntamente com a concepção de construção do vídeo original quando é possível fazer pequenas adaptações no material para que haja o casamento, em especial com a audiodescrição, de modo ideal, sem prejudicar algumas informações imagéticas importantes que precisam ser repassadas.

Esperamos que esse projeto de extensão possa fortalecer a produção audiovisual acessível realizada no CES/JF, com a criação e disseminação de produções audiovisuais em que todos sejam pensados como público-alvo e, portanto,

sendo necessário permitir o acesso ao material pelas pessoas cegas e com baixa visão e pelas surdas e ensurdecidas através do uso dos recursos de acessibilidade. Se não há acessibilidade nos vídeos, a comunicação não acontece de forma completa. É atuar de forma socialmente responsável, o que é resultado de uma comunicação inclusiva.

### ABSTRACT

The article is the result of the extension project Accessible Communication and audiovisual production, carried out by the students of the Journalism and Publicity and Advertising courses at the Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF), under the guidance of teacher Kelly Scoralick. The main objective is to provide knowledge about accessibility resources for an audiovisual production, practicing a accessible communication. Thus, during the project a bibliographic research was made about the theme and three videos were made, addressing the accessibility theme, and inserting accessibility resources: subtitling and interpretation in Libras, resources directed to deaf and deaf people, and audio description, with the description of the visual information for the inclusion of the visually impaired public. As a result, beyond the videos with accessibility resources, students realized that if there is no accessibility in the videos, communication does not happen completely.

**Key Words:** Communication. Audiovisual. People with impairment. Accessibility resources. Inclusion.

### REFERÊNCIAS

**ANCINE.** Instrução Normativa nº 116, de 18 de dezembro de 2014. Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade a serem observados por projetos audiovisuais financiados com recursos públicos federais geridos pela ANCINE; altera as Instruções Normativas nº. 22/03, 44/05, 61/07 e 80/08, e dá outras providências. <http://www.ancine.gov.br/legislacao/instrucoes-normativas-consolidadas/instru-o-normativa-n-116-de-18-de-dezembro-de-2014>

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa 128/2016, de 13 de setembro de 2016. Dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade visual e auditiva a serem observados nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica. Disponível em <http://www.ancine.gov.br/legislacao/instrucoes-normativas-consolidadas/instru-o-normativa-n-128-de-13-de-setembro-de-2016>

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.** Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbanos. NBR 9050. Rio de Janeiro, 1994.

ARAUJO, Vera Lúcia Santiago; ASSIS, Ítalo Alves Pinto de. **Legendagem para TV.** 2017. 67 p. Livro disponibilizado em especialização lato sensu em Tradução Audiovisual Acessível/Legendagem pela Universidade Estadual do Ceará, outubro, 2017.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro:Campus, 1992.

BRAGA, Klistenes Bastos. **Cinema acessível para pessoas com deficiência visual:** a audiodescrição de 'O grão de Petrus Cariry'. 2011.144 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística aplicada, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, 2011. Disponível em: <http://www.uece.br/posla/dmdocuments/KI%C3%ADstenesBastosBraga.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

**BRASIL.** Lei 10.098/00, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm).

\_\_\_\_\_. Lei federal 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)

\_\_\_\_\_. Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006. Aprova a Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Disponível em [http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/destaques/inclusao-para-pessoas-com-deficiencia/portaria3106.2006\\_MinComunicacoes\\_acessibilidade](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/destaques/inclusao-para-pessoas-com-deficiencia/portaria3106.2006_MinComunicacoes_acessibilidade).

\_\_\_\_\_. Portaria nº 188, de 24 de março de 2010. Sobre os recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Disponível em <http://www.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/443-portaria-188>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

CHAVES, Élide Gama; ARAÚJO, Vera Lúcia. Santiago. **Guia de Legendagem para Surdos e Ensurdidos (LSE) no Brasil:** Aspectos teóricos e práticos (no prelo). Fortaleza, Ceará, 2017.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial, n.2, p.51-

69, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/05.pdf>. Acesso em: 08 set. 2019.

FREUND, Peter. Bodies, disability and spaces: the social model and disabling spatial organizations. In: FRASER, Miriam; GRECO, Monica. **The body: a reader**. London:Routledge, 2005, p. 182-186.

HOLFELDT, Antonio. Verbete Comunicação. In: **Enciclopédia INTERCOM de Comunicação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, v.1, p. 234-235, 2010.

KELLISON, Cathrine. **Produção e edição para TV e Vídeo: uma abordagem prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MAIA, Vanessa. Verbete Comunicação (busca do sentido da). In: **Enciclopédia INTERCOM de Comunicação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, v.1, p. 235-236, 2010.

MOLETTA, Alex. **Criação de curta-metragem em vídeo digital: uma proposta para produções de baixo custo**. São Paulo: Summus, 2009.

NAVES, Sylvia Bahiense; MAUCH, Carla; ALVES, Soraya Ferreira; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago (Orgs.) Ministério da Cultura . **Guia para produções audiovisuais acessíveis**. Brasília: Ministério da Cultura, 2016.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, Juiz de Fora, v.1, n.1, p.1-29, jun. 2007.

POZZOBON, Graciela; POZZOBON, Lara. **O que é audiodescrição?**.Disponível em: <<http://audiodescricao.com.br/ad/o-que-e-audiodescricao/>> Acesso em: 10 mar. 2019.

TRINTA, Aluizio Ramos. Televisão e formações identitárias no Brasil. In: LAHNI, Cláudia Regina, PINHEIRO, Marta de Araújo. **Sociedade e Comunicação: perspectivas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 31-50.

VIEIRA, Patrícia Araújo. **O uso dos gêneros quadrinhos e tirinhas no ensino de leitura em Português como segunda língua: por uma abordagem bilíngue para os surdos**. 2009. 216 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

VIVARTA, Veet. **Mídia e Deficiência**. Brasília: Andi, Fundação Banco do Brasil, 2003.